

Roda de Conversa: Reforma do Sistema Político

Documento Síntese – Versão Final

Local do Evento: São Paulo

Data: 17 de julho de 2013

Horário: 14:30 – 18:30

Expositores:

- Sr. Carlos Nepomuceno: Jornalista e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense/IBICT.
- Sr. Eugênio Bucci: Professor Doutor da Escola de Comunicações e Arte ECA/USP.
- Sr. José Moroni: Filósofo e membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC.
- Sra. Marina Silva: ex-Ministra e membro do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.
- Sr. Vladimir Safatle: Professor da Universidade de São Paulo – USP e Doutor em filosofia.

Mediador:

- Sr. João Paulo Capobianco: Presidente e membro do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.

Presentes:

Conselheiros do IDS: Ricardo Young, Maria Alice Setúbal.

Equipe do IDS: André Lima, Bazileu Margarido, Fabio de Almeida Pinto, Juliana Cibim, Mariana Vilhena Bittencourt e Stephanie Lorenz.

Associados do IDS: Tasso Azevedo.

Convidados*:

Alice Quadrado	Conrado Vivacqua	Guilherme Aranha Coelho
Amália Safatle	Cristiane Agostine	Guilherme Cortez
Ana Carolina Nunes	Danielle Borges	Igor Quinto Malatesta
Ana Luiza Borges	Dawi Freaka	Isys H. Remião
Andrea Bueno Buoro	Dejanira Vicencia	Itabajara Benedicto Rufino
Andrea Catão	Elaine da Silva Orzari	Ivy Moreira
Antonio Leitão	Epitacio Pessoa	João Rafael Morette Macedo
Carla Araújo	Fábio Maldonado	José Alberto Gonçalves Pereira
Carlos Alberto de Melo	Felipe Mateos	José Gustavo Barbosa Silva
Carlos Buzolin	Fernando L. B. Vianna	José Onofre de Araujo Neto
Carolina S. Miranda	Francisco Lopez	Júlia Lima
Caroline Theml Pinto	George Winnik	Jussara Cassia da Silva
Célio Turino	Gilberto Conti	M ^a Estela Bergamin

Magali Cabral	Nilson de Oliveira	Roselene Losacco
Marcela Moraes	Paulina Chamorro	Thaís Bayer
Marcelo Coppola	Pedro Ivo Batista	Thaís Herrero
Marcos Jank	Pedro Kelson	Valdeck Ribeiro
Maria Brant	Peterson A. de Silva	Vera L. Couto
Mariana Terra	Rafael Cunha Poço	Wagner Iglecias
Mônica Pilz Borba	Raimundo Luiz Ferreira	Willians L. Figueiroa
Nicole Esteves	Renata Moraes Mesquita	Yara Brandão Boesel

** O evento também foi acompanhado pela internet, por mais de 300 pessoas.*

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS promoveu, no dia 17 de julho de 2013, Roda de Conversa sobre a Reforma do Sistema Político no Brasil, num momento em que a sociedade reflete, através das manifestações por todo o país, toda sua insatisfação com a forma em que vem sendo representada. O evento marcou o lançamento da publicação “Política Cidadã baseada em Princípios e Valores”, resultado de uma série de diálogos promovidos pelo Instituto e iniciados em 2011.

A discussão que se seguiu iniciou-se a partir com as exposições de Carlos Nepomuceno, jornalista e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense; Eugênio Bucci, professor Doutor da Escola de Comunicação e Artes – ECA/USP; José Moroni, filósofo e membro da Plataforma dos Movimentos Sociais de Reforma do Sistema Político; Marina Silva, ex-Ministra e membro do Conselho Diretor do IDS; e Vladimir Safatle, professor da USP e Doutor em Filosofia.

Contando com a mediação do Presidente do IDS, João Paulo Capobianco, os expositores apresentaram suas considerações e interpretações sobre o momento atual, e os possíveis desdobramentos em relação ao processo democrático no país. Há um diagnóstico claro de que havia insatisfação latente “engasgada” e difusa na sociedade brasileira. Causas como a baixa qualidade dos serviços públicos em contraponto à elevada carga tributária, a ausência de transparência na gestão pública associada à corrupção e consequente impunidade, a persistência da desigualdade social a despeito da redução dos índices de pobreza, e a sustentação, cada vez mais comum, do apoio parlamentar aos governos em seus diversos níveis, através da distribuição fisiológica de "pedaços" do Estado aos partidos políticos aliados, pautaram movimentos em pelo menos mais de 80 cidades.

Movimentos com as características que marcam o que ocorre em nosso país só são viáveis em sociedades muito conectadas. A teia de contatos, a interação virtual e os compartilhamentos permitidos pelas mídias sociais estão dando origem a uma nova forma de organização, horizontalizada, sem uma única liderança formal, e que se unem em torno de suas pautas, não em torno de símbolos. A juventude, até então taxada de passiva, sai às ruas para ter sua voz escutada nos processos decisórios políticos, transbordando os períodos eleitorais. Há um clamor pelo fortalecimento da democracia participativa e pela coerência dos discursos políticos com o que é percebido pela população em seu dia-a-dia.

Neste cenário, o poder público mostra-se atônito e com dificuldades de lidar com esse novo corpo político, sem precedentes no período democrático do Brasil. A violenta repressão policial e a demora na resposta dos governantes, que, quando ocorreu, foi marcada pela simplificação excessiva do conjunto de reivindicações e soluções, são evidências desse cenário e seguem uma linha de soluções tópicas aos grandes desafios que se impõem.

A grandiosa riqueza que emergiu e que não pode ser perdida é a mobilização popular por um rumo melhor para o Brasil. Essa pode ser a janela de transição que possibilite a construção de um país a muitas mãos e vozes. Esse novo sujeito político, que reivindica sua condição de protagonista no processo político, coloca-nos o desafio de formular uma nova concepção de Estado e de fazer política, capaz de integrar em ações colaborativas essa forma aparentemente dispersa e fragmentada de comunicação e de construção de relações político-sociais. Essas demandas parecem não mais encontrar respostas no nosso federalismo truncado, centralizado, que gera dependência e relações pouco transparentes entre os Poderes e entre os níveis da federação.

Assim, a proposição desta Roda de Conversa foi a de debater os caminhos a serem seguidos para viabilizar um modelo democrático que garanta a inclusão dessa nova forma de organização, diante de toda sua complexidade.

PARTE I – Exposições

Vladimir Safatle

Vladimir Safatle inicia sua exposição destacando que as manifestações tinham basicamente 2 eixos interligados entre si: questões econômicas muito concretas ligadas à incapacidade do Estado Brasileiro de fornecer à sociedade serviços públicos de qualidade, gratuitos e universais; e uma crítica às estruturas de representação política, sejam elas sob a forma de partidos ou sob a forma de instituições.

Em sua opinião, acabamos por repetir, à nossa maneira, um momento de crítica do estágio do capitalismo atual, que desde 2011 está muito presente em muitos países do mundo. Inclusive as pautas em muitos países são comuns. É claro o questionamento, por boa parte da população, se o sistema econômico vigente é capaz de fornecer o mínimo de condição de subsistência digna a todos.

No eixo relativo aos limites da democracia representativa, é importante que essa discussão tenha sido retomada sem vinculá-la com pensamentos totalitários ou similares. As pessoas devem ser capazes de desenvolver sua força crítica no sentido de procurar um modelo de democracia que só vai ser de fato determinado através das experiências políticas-sociais que ocorrerem daqui para frente. É um processo que está começando, e deve ser aceito como tal, sem que se saiba claramente seu fim. E isso não ocorre apenas em locais de democracia recente, como o Brasil, mas também em países como França, Estados Unidos e Inglaterra.

Os questionamentos a respeito da democracia representativa, por sua vez, se desdobram em outros 2 eixos. O primeiro é a consciência de que o modelo atual tem se mostrado incapaz de distanciar os poderes econômicos do funcionamento do Congresso, e, portanto, dos processos

decisórios políticos. Um exemplo de país que superou sua crise econômica foi a Islândia, que percebeu que se tratava mais que tudo de uma crise política, da incapacidade dos tomadores de decisão de por o sistema financeiro mundial em seu devido lugar. O país reinventou sua institucionalidade para dar resposta a uma crise de legitimidade do sistema, através da criação de uma nova constituição e de mecanismos de participação direta nunca antes utilizados.

Por vezes, ações assim não são implantadas sob a justificativa de que se tratam de decisões técnico-econômicas. O que acaba sendo uma desculpa que tem se mostrado inadequada para excluir a população do processo decisório político. A situação brasileira exige mudanças dessa natureza, por se tratar de uma crise profunda de representação. Nunca houve pessoas que saíam às ruas para dizer que não encontravam mais quem as representasse. E não se trata apenas de uma crise de representação política, mas também da imprensa, como se pôde observar pelas reações contra grandes veículos de comunicação.

O êxito do Movimento Passe Livre – MPL em São Paulo e o fracasso das tentativas subsequentes dos partidos políticos em se organizar e fazer parte do movimento demonstra haver outro modelo de movimento social em gestação. Um modelo muito mais autonomista, ligado a esses pequenos movimentos e vários outros movimentos de juventude, que se juntam a partir de uma pauta precisa, mas extremamente radical na sua elaboração. Através dessa pauta precisa, acaba-se desenvolvendo um procedimento que é parecido com um processo de psicanalítico, focado num sintoma, mas que demonstra a irracionalidade do todo.

Para concluir essa primeira intervenção, Vladimir Safatle insiste que, nessas situações de crise profunda, o que se faz normalmente é ir em direção ao grau zero de representação. Em nosso caso, não há outra saída que não fazer apelo a um poder instituinte, que imediatamente possa reconstituir a institucionalidade da política brasileira. Não se tratam de problemas pontuais e esse é o principal problema de propostas como o plebiscito. Questões como voto distrital ou proporcional e lista fechada ou aberta perdem completamente sua relevância. O caminho seria ter confiança no povo e dar a ele a possibilidade de refundar a república brasileira.

Carlos Nepomuceno

Dando continuidade a um diagnóstico do que tem ocorrido no país, Carlos Nepomuceno contribui com seus estudos no campo da antropologia cognitiva. Este campo vem tentando entender as grandes rupturas com a chegada de tecnologias cognitivas, que expandem nossa capacidade cerebral.

Para visualizar o processo atual, podemos fazer relação com a chegada do papel impresso, em 1450, na Europa. Até então, predominava a mídia oral, e as pessoas não poderiam sair daquele modelo em função do tipo de domínio e controle das ideias estabelecido. A Revolução Francesa, 350 anos depois, começa naquele ponto, quando há um descontrole das ideias que faz com que as pessoas comecem a rever as suas percepções sobre a sociedade. Podemos dizer que esse descontrole é o que ocorre a partir de 1990, com a internet. As pessoas começam, então, a criar um modelo de conversa horizontal que quebra o modelo tradicional da escrita impressa e da mídia de massa, que é na verdade uma expressão sofisticada do mundo oral, centralizado e vertical.

O que aconteceu no Brasil em Junho de 2013 é um dos sintomas da revolução cognitiva em curso, que deve nos levar a uma grande ruptura social, política e econômica. No decorrer das revoluções cognitivas como a criação do alfabeto e do papel impresso, as pessoas não tinham ideia da importância e dos resultados daquele processo. Tradicionalmente, o modelo filosófico que temos do ser humano não muda a partir de tecnologias, mas a partir de conjunturas econômicas, sociais e políticas, o que está se mostrando pouco consistente para explicar os fenômenos atuais.

Somos, hoje em dia, uma tecnoespécie. E essa tecnoecologia em que vivemos não se adapta à política, economia e sociedade, mas são elas que se adaptam a essa tecnoecologia, que se mostra descentralizada e, portanto, impassível de controle. A revolução cognitiva que advém dessas tecnologias é pré-revolução social, pré-revolução econômica e pré-revolução política. O jovem que vai à rua hoje já é essa tecnoespécie, que não se reconhece representado pelas pessoas e pelo sistema político vigente. Em seu ambiente, nas mídias sociais, já não há gente assim, pois ele escolhe quem seguir e com quem compartilhar. O modelo tradicional de liderança deixa de existir.

O que se está construindo é uma nova governança da espécie. O ser humano é o único animal que não se incomodou com um crescimento exagerado de sua população. E a governança das espécies acaba sendo compatível com o tamanho dessa espécie. As demais espécies não crescem depois de determinado tamanho porque se cria uma crise de governança, de comunicação e de sobrevivência. Nós crescemos na proporção de 7 vezes nos últimos 200 anos praticamente com o mesmo modelo político.

Nós estamos entrando em uma nova fase, abandonando a governança que nós tivemos até aqui no mundo oral e no escrito, marcada pelo líder alfa demarcado, e estamos migrando para um modelo próximo ao das formigas, que não tem um líder, mas que a importância de cada uma está em deixar o rastro para a seguinte, em função das necessidades. O modelo das *start-ups* digitais reflete isso, mudou-se o jeito de fazer negócio, porque seu sucesso dependerá da avaliação positiva de cada usuário conectado.

José Moroni

José Moroni ressalta que, pelo menos desde 2003, quando começou a ser articulada a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, já há um desconforto da sociedade em relação ao modelo de democracia que temos. Naquele momento, já se identificou que as discussões não deveriam se limitar à composição de conselhos, conferências, se é paritário, ou se não é. Havia uma questão mais profunda que é o exercício do poder. Quem exerce o poder? Que mecanismos existem para exercício do poder? Que mecanismos existem para controlar o poder?

Portanto, as mudanças deveriam ir muito mais além de uma reforma eleitoral. Surgiu a ideia da reforma do sistema político, entendido como algo mais amplo que a representação em si. A Plataforma se estruturou em 5 eixos: fortalecimento da democracia direta; fortalecimento da democracia participativa; aperfeiçoamento da democracia representativa, democratização da informação e da comunicação; e a democratização e transparência do poder judiciário.

Da forma como está constituído nosso parlamento, não haverá reforma política de relevo, portanto é importante quebrar esse monopólio do poder de representação, ampliando a gama e a importância de instrumentos constitucionais como o plebiscito, referendo e propostas de iniciativa popular. Por que, por exemplo, o povo não pode convocar um plebiscito ou um referendo?

Essa quebra de monopólio envolve a ruptura do poder do exercício da política na forma como a maioria entende os partidos políticos. Devem ser incorporados novos sujeitos políticos, que não eles. Além disso, deve haver uma ruptura também do monopólio da comunicação. No referendo do desarmamento, por exemplo, as duas frentes parlamentares opostas detiveram tal controle. Qual era o espaço de participação de outros setores da sociedade? Portanto, eram os partidos, através das frentes parlamentares, que possuíam esse monopólio de organização do debate com a população, através das campanhas.

Deve-se romper com o conceito do processo político que atende mais a interesses econômicos que àqueles da sociedade como um todo. Na última eleição, os 400 deputados federais com as campanhas mais caras foram eleitos. Isso se reflete na hora de prestar contas. No parlamento, por exemplo, a grande maioria é composta por homens brancos proprietários. Na Câmara dos Deputados há apenas 8% de mulheres, praticamente não representação da população negra, da população indígena, da juventude, da população homossexual. Neste cenário, não surpreende que a população diga que quem está lá não a representa.

Historicamente, o Brasil foi marcado por processos de transição sem grandes rupturas. Talvez as recentes manifestações indiquem à necessidade de passarmos a ter uma quebra de paradigmas.

Eugênio Bucci

Eugênio Bucci iniciou sua intervenção ressaltando o caráter espontâneo e empolgante revelado pelas pessoas que compareciam às ruas. Em relação à mídia, havia uma forte contradição refletida pela repulsa aos meios de comunicação – como forma de representação do poder vigente –, que convivia com a certeza de que esses meios propagariam as imagens e a magnitude das manifestações, servindo como parceiros e vitrine do que acontecia. E, talvez por isso, jornalistas também tenham sido agredidos pelos primeiros vândalos das manifestações, aqueles fardados, representantes de alguns vândalos engravatados.

O segundo ponto levantado pelo expositor foi a resposta, inspirada por receitas conhecidas de marketing político, dada pela presidente quando passou a ser impossível que ela se mantivesse alheia a tudo o que ocorria. Naquele momento, foi possível comprovar uma grande fragilidade nos centros de poder do Brasil, que se expressou na condição da presidente Dilma Rousseff, mas não se reduziu a essa posição. É possível que a inteligência por trás daquele discurso tentasse estabelecer uma conexão entre ela e as massas presentes nas ruas, algo que criasse uma nova base de sustentação ao governo.

Como a proposta da Constituinte se esvaiu nas 24 horas seguintes ao pronunciamento, esta fragilidade ficou clara, resultado de uma falta de autoridade natural de quem não chegou ao poder por um processo que liderou, mas sim apoiada na figura de Lula e na coligação com o

PMDB. Essa entrada artificial cobrou seu preço. Ao não conseguir firmar uma ligação direta com as massas em movimento – como se fosse possível que a Presidência da República assumisse a liderança desses movimentos, a precariedade da democracia representativa ficou evidente e se mostrou ainda mais grave.

Bucci também identificou no discurso da presidente algumas respostas para questões que não estavam colocadas explicitamente nas ruas, como, por exemplo, a proposta de convocação de uma constituinte específica para a realização da reforma política. O salto dos questionamentos em relação aos serviços públicos, sobretudo o transporte urbano, para a convocação de uma constituinte acabou não funcionando.

Para concluir, o expositor recuperou uma discussão polarizada em excesso que, na visão dele, não parece bem equacionada: de um lado estaria a austeridade e, de outro, o aumento de gastos públicos. Essa polarização tem sido colocada de maneira inadequada, e, se não for bem trabalhada, pode nos levar a uma visão de que há uma bandeira, supostamente de esquerda, representada pela demanda por mais recursos para os serviços públicos, que se choca com uma postura mais monetarista ou mais controladora, que seria de direita, de restrição dos gastos em serviços públicos. Ora, o que se questiona, segundo professor, é a qualidade dos serviços públicos e a destinação, não o volume, dos recursos investidos. As manifestações demandaram mais transparência nos gastos e serviços públicos compatíveis com os impostos cobrados. No caso da Copa do Mundo, por exemplo, a reivindicação é pela diminuição, não pelo aumento dos gastos públicos.

Marina Silva

Marina Silva afirma não ter se surpreendido com as manifestações de junho. Há pelo menos 3 anos vem falando que há uma borda que estava se formando em torno de um núcleo estagnado, núcleo este marcado por uma lógica de poder pelo poder, de dinheiro pelo dinheiro. E essa borda se movimentava no sentido de encapsular esse centro. Em suas palestras sobre desenvolvimento sustentável, suas falas sempre eram precedidas de uma avaliação de que o modelo precisa mudar, pois enfrentamos uma grave crise civilizatória, que se constitui de múltiplas crises: social, ambiental, econômica, política e de valores. Essa crise não tem como ser enfrentada por um grupo, por um partido, por uma pessoa, é um esforço que deve ser da humanidade, da civilização.

O desconforto da presidente e dos políticos, que não é pequeno, mas não seria tão doloroso se fosse entendido como o espírito de uma época. Há algo que está acontecendo no mundo, e não haveria de se esperar que no Brasil fosse diferente, que o Brasil fosse uma cápsula completamente fora de tudo o que está acontecendo no mundo. Embora os protestos tenham diferentes pautas centrais, o que une essas massas nas ruas é a busca por um mundo melhor. Essa é a energia mais importante que está colocada nesse mosaico de propostas, de bandeiras, nessa polifonia de vozes.

Essa borda em torno de um núcleo estagnado é insipiente e, portanto, tem uma conformação primária. A insatisfação com a forma de representatividade e com as formas de poder que as circundam ganha força com a união de pessoas, mesmo que ainda não se saiba exatamente no

que resultará essa movimentação, não exista uma resposta comum, as pessoas saem às ruas para atuar de fato, reivindicar protagonismo num processo de construção. Além do desconforto que leva a dizer que o que está posto não os representa, também há uma sensação positiva de pensar “eu me represento”, com meu cartaz, com minha reivindicação.

A união das pessoas que levou o país do futebol a, em meio à Copa das Confederações, dizer que é contra os gastos elevados com estádios e que quer esses recursos na saúde, na educação e no transporte público é algo muito relevante. As pessoas estão dizendo: não continuem nos tratando com a cultura do ópio.

Essa grande energia que está demanda mais humildade e menos pressa em sua compreensão. Não é o momento de achar que temos a resposta, mas sim de metabolizar o que acontece, de ver que tipo de musculatura pode ser produzida a partir dessa energia. A configuração deste processo indica a formação de um novo sujeito político, como ocorrido em outros momentos da história. E é incrível que as mesmas forças produtivas que criaram um novo sujeito político no fim da década de 70 e de 80, que não era marxista/leninista e nem getulista, agora não foram capazes de perceber que esse novo sujeito político não pode ser reduzido a uma pauta de reivindicação, que tem a energia para uma agenda e ajudar em novos rumos para a nação.

Colocar em perspectiva esse mosaico de propostas só é possível dentro de uma agenda estratégica de país, que defina o que é emergencial, o que é de médio e de longo prazo. A reforma do sistema político entra nesse contexto. E essa energia continuará presente, demandando essa agenda. O estado de latência em que se encontrava essa energia perdurará, e não vai desaparecer com algum mecanismo de freio imposto pelo núcleo estagnado. Certamente haverá uma grande mudança dos moldes conhecidos do ativismo dirigido pelo partido político, pelos sindicatos, pelas entidades estudantis, pelas ONGs ou pelas lideranças carismáticas. Esse novo sujeito político requer uma nova visão, novos processos e estruturas. As pessoas estão prospectando novas formas de realização para a democracia e essa prospecção não vai parar. E há algo novo que é o componente de prazer, da experiência vivencial de participação, de emprestar sua imagem e sua fala para um processo de que se sente parte ativa.

PARTE II – Debate

Proposta de Debate

Após valorizar a riqueza de detalhes na compreensão do momento político-social brasileiro feita pelos expositores, o mediador João Paulo Capobianco pondera que, embora exista um processo de metabolização de tudo que está ocorrendo, a indignação refletida nos protestos podem ter demandado uma resposta. Como dito anteriormente, aquela dada pela presidente Dilma não se mostrou adequada e consistente. Entretanto, como dar voz no curto prazo a essas pessoas que foram às ruas? Houve, no Brasil, 7 comissões especiais de reforma política, 3 delas ainda ativas, cujas propostas resultantes seguem em tramitação. Portanto, no calor do momento, há risco de excessivo improvisado nas respostas colocadas, principalmente quando se tenta trazer algum resultado para a próxima eleição? Mais que isso, que alternativas poderiam ser pensadas na construção de uma agenda que responda a essas manifestações e que possa gerar resultados consistentes sem postergar indefinidamente esse processo?

Respostas à Proposta de Debate

Carlos Nepomuceno utiliza-se de um artigo da Harvard Business School¹ a respeito da gestão de carteiras de inovação, como base de uma possível proposta. Segundo este estudo, a implantação da inovação tem maior êxito através de faixas de intensidade. Em 70% dos processos, implantam-se pequenas mudanças, que “arrumem a casa”, mas que não geram rupturas, em 20% faz-se uma mudança mais sofisticada e 10% implanta-se algo totalmente novo e diferente do que existe. Essa pode ser uma saída na medida em que essa nova tecnospécie, mencionada em sua exposição inicial, é totalmente diferente daquela espécie que rege o *status quo*. E muitos casos de inovação falham, pois esse corpo estabelecido, quando há um modelo novo, o entende como uma doença e o ataca. A reação é tão grande a essa nova cultura que a dificuldade de se trabalhar é imensa.

Aplicando-se ao Brasil, poderiam ser criadas zonas de inovação dentro do país, onde se criariam coisas totalmente diferentes do estabelecido, como um modelo de democracia digital, por exemplo. A Rede Sustentabilidade, como proposta de movimento, poderia experimentar nas prefeituras ou com seus parlamentares eleitos, uma nova forma, de fazer programa, de discuti-los, de governar a cidade através de plataformas colaborativas, de postos de saúde que a pessoa sai e diz “curti” ou “não curti”, vai à escola e avalia da mesma maneira. A partir daí, vai se criando um novo modelo que não sabemos qual é, ninguém sabe. Teremos que inovar. Esse conceito de zonas de inovação funcionou, por exemplo, com a urna eletrônica e com as UPPs no Rio de Janeiro. Se tivessem sido implantadas de uma vez, talvez o recuo tivesse sido maior que as possibilidades de avanço e os resultados positivos comprovados posteriormente.

Eugênio Buccì considera que os últimos acontecimentos se originaram num ambiente que não é a esfera pública e, por isso, são estranhos aos partidos, sindicatos etc. E, embora não tenham nascido na esfera pública, esses acontecimentos vão, definitivamente, modificá-la. Na opinião do professor, o campo em que se deveriam propor mudanças imediatas é o da comunicação pública. O fracasso do discurso da presidente Dilma como resposta às manifestações demonstrou a precariedade da comunicação pública, que investe seus recursos em propagandas oficiais na televisão. Se pensássemos em novas maneiras de usar os recursos da comunicação e incorporássemos os mecanismos de consulta popular, as pessoas poderiam olhar as questões, avaliá-las e expressar suas opiniões com apoio da tecnologia digital. Teríamos um país diferente, acredita Buccì. Isso não demandaria aumento de gastos e, ao mesmo tempo, demonstraria respeito à condição do cidadão como fonte do poder.

Já segundo José Moroni, a atual institucionalidade não tem condição de dar respostas às transformações exigidas nas manifestações. É importante tensionar essa institucionalidade, mas o perigo de se fazer uma reforma política num momento de profunda crise é que a pressa para dar resposta pode se contrapor àquele olhar estratégico que queremos construir. O Projeto de Lei 5735/13, votado com urgência no período das manifestações, é um desses exemplos, com propostas que só favorecem quem está no poder e vai contra os princípios de transparência e seriedade no processo eleitoral exigido pela população. Como colocado pelo mediador, foram formados uma série de grupos de trabalho para a reforma política, ou seja,

¹ <http://hbr.org/2012/05/managing-your-innovation-portfolio>

nao será a nova comissão que dará respostas positivas. O problema é a proposta política por trás disso, a intenção do parlamento de manter as coisas como estão. Uma proposta que fugiria a isso, por exemplo, seria a população poder convocar os referendos e plebiscitos. Por trás disso está o conceito de que o poder de representação tem limites, isto é, apesar da população eleger seus representantes, ela não os outorga o poder de forma definitiva. E a formação desses novos sujeitos políticos é capaz de criar essa nova institucionalidade.

Vladimir Safatle concorda que não há uma reforma política positiva que passe pelo Congresso, inclusive porque este é visto como parte fundamental do problema. Sua atual conformação não representa a sociedade, mas sim os setores mais organizados, o interesse econômico dos dominantes da sociedade brasileira. Dos 514 deputados atuais, 100 são milionários. O formato do sistema eleitoral favorece quem tem recursos elevados para a campanha.

Em relação às manifestações, considera que os anseios sobre uma nova institucionalidade apareceram explicitamente, retratados na repulsa aos partidos políticos e sindicatos. Não é só uma questão de melhorar a qualidade da representação, mas de questioná-la na maneira como ela é concebida. O modelo adotado até então só pode ser justificado a partir da psicologia social do século XIX. A ideia de que a organização em representação evita a criação de uma massa incontrolável, enfurecida, até violenta, ou seja, é próximo ao que Le Bon havia constituído como a base da psicologia social conservadora. É possível que a política se desenvolva a partir daquilo que não é representável, o que é imediatamente presente, isto é, podemos fazer apelo à soberania popular, não há nada de errado nisso. Por isso, dentre todas as propostas que surgiram após os protestos, a única que fazia sentido era a constituinte. Era a única possibilidade de transferir o poder ao povo neste processo, visto que o plebiscito e o referendo apenas deixam a opção de escolher entre alternativas previamente definidas, seguindo a lógica paternalista de que, se a elite política não levar o povo pela mão, não terão voz e os resultados podem ser indesejados. As perguntas deveriam ser colocadas pela população, e não pelo Congresso. Se isso ocorresse, surgiriam propostas de uma grande inventividade, fundamental para a renovação da democracia.

Marina Silva insite na ideia da criação de uma agenda, que para alguns temas dê tempo para metabolizar o que ocorre, de forma a não reduzir a pauta de reivindicações a coisas pontuais. E, particularmente, a questão da desautorização da representação demonstrada nas ruas se organiza nessa agenda através da reforma política, não da forma que foi proposta, limitada a plebiscitos ou referendos com as principais questões definidas pelo Congresso. Um ponto que pode contribuir, nesse sentido, são as candidaturas independentes, que quebrariam o monopólio dos partidos e criariam um espaço para que esse novo sujeito político possa se expressar. Obviamente, deve haver uma elaboração por trás dessa proposta, que responda a perguntas como: conseguirão espaço para divulgar suas propostas? Como se viabilizarão? Como terão coeficiente eleitoral? É o monopólio político dos partidos que faz com que exista essa apartação completa da sociedade, que já não se sente representada.

Um novo pacto federativo também pode ser discutido, uma vez que foram transferidas competências para os municípios e estados, mas não a forma de arrecadar, que segue centralizada no governo federal. Predomina uma visão patrimonialista, refletida no momento em que a presidente convoca os governadores o que decidiu com seus assessores, sem uma

construção conjunta, o que gerou grande insatisfação. Esse pacto envolveria a solução das questões que apareceram diretamente nas manifestações, como saúde e educação, de forma a aproveitar o bônus demográfico que temos ao longo dos próximos 20 anos.

A reeleição é outro problema, na medida em que tem gerados comportamentos distantes dos interesses de longo prazo da sociedade, em função da vontade de se continuar no poder. As pessoas que foram às ruas estão cansadas dessa lógica de poder pelo poder, sem uma agenda comum para um país melhor. É preciso criar uma cultura política que busque sempre o melhor para o país, e não que os resultados sejam excelentes quando o partido de que se faz parte está no poder, e um resultado ruim quando é a oposição. Isso só é maléfico à sociedade.

1ª Rodada de Participação dos Convidados

Guilherme Coelho, advogado, se posiciona em relação à postura da polícia e seu papel de defensora da tutela de poder do Estado. Como essa polícia também pode ser alvo de reforma, passando a retratar mais a força da sociedade e não apenas do sistema político?

Guilherme Cortez, estudante, questiona como os expositores acreditam que a manifestação dos jovens vai ser inserir no próximo pleito eleitoral. Acreditam que os jovens irão apoiar ideias mais progressistas, apoiar candidatos jovens, ou há também espaço para antigos candidatos, porém com ideias mais inovadoras?

Célio Turino afirma que as zonas de inovação já foram tentadas durante o Governo Lula, mas que esbarravam na burocracia ou na falta de vontade política para dar escala a essas iniciativas que tivessem êxito. Se não for rompida a “partidocracia”, não haverá mudanças relevantes no processo político. É preciso de algo, nos próximos meses e que valha já nas próximas eleições, que quebre toda a lógica do sistema, como dito por Vladimir Safatle.

Dejanira Vicência, da sociedade civil de Barueri, questiona Marina Silva a respeito de uma possível eleição em 2014, se já conta com um grupo de administradores pensados para encaminhar as questões discutidas nas ruas.

1ª Rodada de respostas aos convidados

A respeito do questionamento sobre o papel da polícia, Vladimir Safatle concorda que esse é um dos pontos “esquecidos” nas manifestações. E o comportamento da polícia merece muitos créditos pelas proporções que tomaram os protestos, acabou sendo um grande agente de mobilização, de forma adversa. O expositor considera que a existência da Polícia Militar por si já é uma concepção equivocada. O conceito de uma polícia militar seria o patrulhamento de espaços militares, e não da sociedade civil. Assim, o comportamento inicial em relação às manifestações não foge muito de seu conceito, uma herança da ditadura. Segundo estudos, o Brasil é o único país da América Latina onde os casos de tortura pela polícia aumentaram após o fim da ditadura, o que demonstra o caráter falimentar dessa estrutura vigente.

Ainda é destacada a proximidade entre os *slogans* das manifestações àqueles dos movimentos de ocupação e mobilizações recentes nas universidades, todos protestos com forte presença jovem. Isso mostra que havia uma tentativa, que não era real, de desqualificar a capacidade

crítica dessa geração, dizendo que estamos em momento marcado pelo individualismo, onde cada um se preocupa só com sua carreira, e não com questões ligadas ao bem comum.

Em relação às ações, Vladimir Safatle vai na mesma linha de José Moroni, que existe um processo onde certas decisões saem da esfera da representação e voltam para o poder popular direto, ou seja, não são decisões que devam ser tomadas pela estrutura parlamentar. O PT, quando oposição, tentou, por exemplo, difundir a ideia dos orçamentos participativos. Quando chegou ao poder, desistiu dessa ideia. Claro que isso demandaria um novo e complexo arranjo institucional, mas nada sequer foi tentado. Processos como contração de dívidas, participação ou não em guerras, são tipo de decisões que série de decisões para as quais o povo se demonstra muito mais consciente do que se acredita. Um exemplo da não representatividade da vontade da população é a alteração do Código Florestal brasileiro, onde pesquisas indicavam que mais de 80% da população era contrária, mas no Congresso a rejeição foi de menos de 20%.

Seguindo na direção de propostas concretas, José Moroni, assim como Vladimir Safatle, é a favor da possibilidade de *recall* de eleitos. Isso envolve uma questão de concepção da representação, de dizer que, a partir daquele momento, aqueles que estão ali não representam mais seus eleitores. Devemos pensar a participação e a responsabilização política pelos destinos do nosso país, nessa direção de ter vários mecanismos de representação e democracia direta que extrapolem os mecanismos que nós já temos. Se não for assim, as manifestações acabam tendo um caráter apenas pedagógico, sem incidência política. Outro exemplo, neste sentido, é a possibilidade de veto popular. E devemos também ter a ousadia de pensar em coisas novas, como feito na Islândia, que é tida como um exemplo de país que conseguiu sair de uma profunda crise.

Inicialmente, Marina Silva diz que ainda não é candidata a cargo público, portanto procura não tratar de questões eleitorais pessoais e se manter na posição de alguém que está tentando contribuir para um processo de atualização, ressignificação da política. Retomando a questão da segurança, resgatando que Luis Eduardo Soares, atuante e pensador do tema, considera uma anomalia a duplicação das polícias civil e militar. Portanto seria importante uma reforma no sistema de segurança pública do Brasil, a fim de evitar essas anomalias, frutos de períodos de democracia restrita no país. O sistema deve refletir essa nova consciência política, compatível com a ideia de que a lei não é algo imutável e que o poder emana da sociedade.

Esse sujeito político que surge, marcado pelo ativismo autoral, tem potencial de ser muito melhor que os antigos modelos, que as pessoas que hoje estão no poder. Há um grupo que está no ostracismo, distante dessas mudanças e dessa nova linguagem. Obviamente, há um processo de elaboração em curso, que depende dessas próprias pessoas, mas o potencial está disposto, e a busca de um mundo melhor ganha força.

Em relação ao processo eleitoral, Marina Silva acredita que se deve acabar com essa artificialidade do processo. Se tiver financiamento público de campanha, deve haver um barateamento das campanhas e maior foco em conteúdo. Devem se destacar as pessoas que forem capazes de se articular ao vivo com seu eleitor, sem a artificialidade dos textos de *marketing* político. A linguagem trazida pela nova geração é diferente, é baseada no conhecimento, na possibilidade de se fazer as coisas realmente melhores.

2ª Rodada de Participação dos Convidados

Francisco Lopez, estudante, considera que há casos no mundo em que os jovens lideraram processos de mudança política que também não tiveram êxito. Especificamente no Brasil, acredita haver reformas mais urgentes que a política, e, pelo fato de ainda não termos uma reivindicação de modelo definida, talvez fosse o caso de fazê-la mais paulatinamente. Uma mudança simples que integre a política à linguagem e à tecnologia digital de domínio dos jovens, por si só, não trará as mudanças políticas e sociais que precisamos com urgência. Não estamos esquecendo que a opinião da população é ainda formada por problemas sociais mais importantes, por uma mídia e sistema educacional conservadores, que deveriam ser solucionados previamente?

Maria Eugênia Mourão, gestora de mídias sociais, questiona a relação entre a entrada de pessoas na Rede Sustentabilidade que defendam bandeiras polêmicas e socialmente controversas com a questão da descentralidade, da ausência de liderança preconizada por Marina Silva.

Antônio Leitão, da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS, questiona se, diante da complexidade e pluralidade desse novo sujeito político que se forma, qual nossa capacidade de aprender com experiências em lugares diferentes, como a Islândia? No aprendizado, não seria também necessário uma unidade, algo estável que se aproxime de nossa realidade?

George Winnik, da Rede Nossa São Paulo, indaga de que maneira, dentro dos inúmeros problemas acumulados existentes no Brasil e que são nossos por fazerem parte de nossa história, podemos fazer os processos voltarem a fluir em um caminho positivo? O exemplo da Islândia, colocado por Vladimir Safatle, em que foi feito um sorteio entre todos os cidadãos para decidir quem comporia a assembléia constituinte, representa uma grande inovação, que poderia ser adaptado e aplicado em locais como o Brasil?

Carlos Melo, professor da Insper, acrescenta ao diagnóstico realizado a questão do momento institucional. A descoordenação de Dilma Rousseff na proposta do plebiscito, em um momento de desespero do Governo Federal, pode indicar que a presidente está fazendo um enfrentamento pra se vitimizar nesse processo. E, esse enfrentamento com o Congresso Nacional, sem articulação estruturada, pode gerar um quadro de enfrentamento e retaliação até as eleições de 2014. A latência que continua viva na sociedade deve alimentar esse processo, de forma que é importante, aliado ao diagnóstico estrutural feito pelos expositores, pensar em como responder a essa conjuntura que, tende a ser tórrida nos próximos meses.

Ricardo Young, membro do Conselho Diretor do IDS, busca explorar mais a importância das redes sociais na política. A preocupação dos detentores do poder no mundo, como da agência de inteligência dos Estados Unidos, por exemplo, não parece ser com os indivíduos, mas com espécie de uma nova visão sociológica política do que as redes sociais representam para além das suas manifestações mais superficiais. Enquanto discutimos sua importância e a riqueza dos movimentos espontâneos, há um setor da sociedade global, planetária que está trabalhando numa dimensão do uso dessas informações e dessas redes. Esse debate ainda está distante dos tecnólogos, dos hackers, dos cientistas sociais que estão se debruçando em torno desse fenômeno digital, tecnológico.

Teresa Mafra, que acompanha o debate pela internet, também coloca questão na mesma linha, ou seja, como implementar a democracia digital?

Pedro Ivo, do Instituto Marina Silva, questiona como a classe política emergente na figura da Rede Sustentabilidade pretende dialogar com os movimentos de rua, que devem voltar com força no próximo ano? As ações políticas de aproximação, até então, mostraram-se falhas, tanto do governo, quanto de movimentos sociais ligados a partidos de esquerda. Ao que parece, os manifestantes estão “em outra”, isto é, não falam a mesma língua das organizações e pessoas envolvidas com o processo político. Como dialogar e inseri-los no processo político, de forma que os protestos não resultem em um aumento dos votos nulos da eleição, ou seja, dar uma perspectiva de resposta além da reforma política?

Carlos Buzolin, da Feira Moderna, volta a ressaltar ponto colocado por José Moroni de que evitamos grandes rupturas no Brasil. Historicamente, esperamos as mutações ocorrerem por si. E acabamos vendo situações como, recentemente, em Porto Velho, onde foi compravada a ligação de vereadores com o crime organizado. Nesse sentido, e também alinhado-se com a ideia da carteira de inovação colocada por Carlos Nepomuceno, devemos focar nos 20% que representam uma mudança importante, mas não radical, para garantir que a reforma política não seja feita da pior forma possível no Congresso? Isso envolveria o recall, a não reeleição, o poder de veto, a forma de financiamento, as candidaturas independentes, etc. E, claro, se a tarefa dos 10% de alterações radicais poderia ficar a cargo dos jovens e, por exemplo, da Rede Sustentabilidade, que já se propõe a ser uma ruptura com paradigmas políticos vigentes.

Wagner Iglecias, professor da Universidade de São Paulo – USP, questiona se parece, aos olhos dos expositores, que mesmo com certos atrasos, aos trancos e barrancos, Dilma propôs saídas institucionais para as três principais demandas das manifestações de junho, ou seja, melhoria do gasto público, melhoria dos serviços públicos e mudança política. Em que medida o discurso de Dilma, pautado no *marketing* político, pode jogar água no moinho de um discurso voluntarista, vazio e populista para as eleições de 2014? Há caminho entre a resposta adicional dos governantes e o discurso dos contra tudo que tá aí?

2ª Rodada de respostas aos convidados e Considerações Finais

Eugênio Buccj, relacionando as questões de Wagner Iglecias e de Carlos Melo, chamou atenção para uma bifurcação que é, de um lado, abastecer uma saída irracional que vai contra qualquer possibilidade de encontrar um caminho institucional para resolver os problemas, que é o que a presidente Dilma quis fazer; e, de outro, o risco de aderir a um discurso de marketing, sem arranjo prévio, que caiu no vazio, e que também pode nos colocar num impasse.

No primeiro caso, não há como responder com obediência a uma conclamação do poder, que é o que pareceu pretender o discurso de Dilma Rousseff, que chamou para si uma série de questões que não foram apresentadas à Presidência da República, dizendo assim: “deixem comigo que eu resolvo”, uma atitude espetacular e bonapartista. Nesse sentido, o jornalista criticou o discurso da presidente.

A mesma crítica foi direcionada às soluções “mágicas” propostas e à total desqualificação do Congresso como representante da sociedade brasileira pela presidente ao propor uma

constituente para realizar a reforma política. Há, sim, muitos problemas, mas não há base política para a convocação de uma nova constituinte. A constituinte representaria um pacto, que só será possível quando agentes políticos de diversas extrações encontrarem um ponto de convergência, ou seja, trazendo essa proposta à realidade da conjuntura. No fim da ditadura, o processo ocorreu nesse sentido.

Bucci refletiu sobre possíveis pontos positivos em nossa cultura de não ruptura, de transições lentas. Algumas coisas podem ser conciliadas com novas propostas, como uma reciclagem da representação partidária e a possibilidade de candidaturas independentes. Talvez haja uma pressa exagerada nas mudanças sem que tenhamos uma compreensão mais clara do momento e das possibilidades que se apresentam. O mesmo se dá com a polícia. A extinção da Polícia Militar não resolveria automaticamente todos os problemas, já que a Polícia Civil também tem uma série de problemas.

Por fim, na questão das mídias sociais, Eugênio Bucci é contra a euforia que parece declarar “Todo poder ao Facebook!”. Nessas redes sociais não há soluções para a institucionalidade. Nós somos a grande mercadoria dessas mídias, o que gera uma nova forma de imperialismo, representada pela espionagem por parte de uma grande potência mundial. Como fazer uma democracia ou um diálogo com essas tecnologias sem ceder a algo que mina qualquer força de representação ou qualquer condição de sujeito autônomo na arena política, se você está sendo espionado, monitorado e conduzido?

Carlos Nepomuceno destaca que ainda necessitamos ressignificar o papel das tecnologias na sociedade. A introdução da internet ela condiciona, permite e possibilita esse novo mundo que a gente está entrando. Paralelamente, entretanto, esse mundo já existia, sobretudo para muitos jovens, um movimento político-tecnológico dos jovens na internet que ocorre há mais de dez anos. O movimento dos softwares livres, dos aplicativos desenvolvidos de forma descentralizada e compartilhados através da rede, um movimento coletivo baseado na troca.

Temos que entender que a geração de hoje é diferente da anterior e, embora ambas almejassem mudanças, a geração tecnológica tem outros conceitos e outras formas de se representar nessa luta. O momento atual é de uma revolução cognitiva que aponta para uma revolução política, e aí sim, ideológica, que é o que está nos trazendo aqui, política, ideológica, social e econômica. E uma prova de que o Governo não entende esse novo contexto é a falta de recursos de recursos disponibilizados para *startups*, iniciativas de jovens, que demandam relativo baixo investimento individual, em contraponto à concessão de empréstimos de 9 bilhões a empresários como Eike Batista. Não há incentivo a um novo modelo de desenvolvimento, o recado do governo é pela manutenção do mesmo modelo de governança.

Outro exemplo de que estamos fora desse novo modelo são as publicações de pesquisadores das universidades, quando se valoriza mais se publicados em inglês, em revistas especializadas, que se compartilhado esse conhecimento nas redes sociais. A geração atual está mudando o jeito de aprender, há o modelo da escola invertida, onde a pessoa aprende no *Youtube* e na internet, e depois vai discutir na sala de aula. Ao invés de melhorar o conteúdo e fazer uso dessas ferramentas, muitos professores desqualificam ferramentas de criação de informação compartilhada na internet. O próprio Ministério da Educação não tem qualquer estratégia consistente para lidar com o novo mundo digital. Em suma, estamos vivendo um problema de

governança da espécie, não é na política, é na escola, nas bases da relação entre a espécie até então dominante e a nova espécie que se desenvolve.

Para Marina Silva, a juventude representa o novo tempo, tem força e não tem os vícios que estão tão arraigados na sociedade. Se nos consideramos desertores do modelo de consumismo predominante e queremos criar um mundo mais igual, uma superfície de sustentação de um novo modelo, em que a tecnologia é usada para trazer todos mais próximos uns dos outros, e será definida de uma maneira nova, são eles os agentes desse processo. Para a geração anterior, é difícil de desvencilhar da cultura da experiência, para fazer movimento tem que haver ONG, sindicato, partido, essa é nossa linguagem. A nova linguagem está aí, e é possível aprendê-la, se houver vontade para tal.

Em relação à resposta do Governo Federal às manifestações, não considera ter sido tão desarticulada como comentado, dado que a nossa comissão para reforma política no Congresso é liderada por um parlamentar do partido dominante e com participação marcante de seu principal aliado político. Nesse contexto político, a Rede Sustentabilidade se diferencia pela ideia da democratização, da horizontalidade, que é o espírito deste século, a inexistência de lideranças fixas e a predominância de estruturas móveis. E, mesmo com a polifonia de vozes, a multiplicidade das ideias e, sobretudo, a tolerância e respeito às diferenças, muitas das pessoas que fundaram a Rede acabam compartilhando de muitas das ideias, por mais controversas que sejam no ponto de vista social. Alguns dos pontos que unem essas pessoas são o respeito à diferença, a questão da sustentabilidade e a busca de uma nova ferramenta que seja capaz de dialogar com essas mudanças que estão acontecendo no mundo.

A Rede tinha uma conformação que já preconizava esses conceitos antes das manifestações, antes por uma intuição, que agora se mostra conectada com a realidade. Caso a reforma política não venha de uma maneira consistente, Marina Silva afirma que essa será uma de suas bandeiras na contribuição por uma política que inclua o novo sujeito político que emerge, garantindo seu espaço através de candidaturas independentes e outros mecanismos viáveis. “Para quem está criando um partido, tentando que esse partido já tenha uma nova linguagem, novas estruturas e processos, seria muito bom poder ter um concorrente idôneo, que não seja os mesmos partidos que estão aí, com as mesmas estruturas verticalizadas e viciadas, que não conseguem dialogar com essa nova realidade”.

PARTE III – Encerramento

Pontos a serem discutidos futuramente

- ✓ Como fortalecer a participação democrática, garantindo a participação política dos partidos, mas ao mesmo tempo viabilizando canais de democracia direta?
- ✓ Quais seriam os principais pontos de uma reforma do sistema político imediata? E quais pontos ainda devem ser amadurecidos para compor uma agenda de médio e longo prazo?
- ✓ Como criar mecanismos de financiamento de campanhas e do sistema político como um todo que garantam que o processo político reflita os interesses da sociedade e não interesses econômicos específicos?

Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma

- ✓ Há uma profunda crise de representação que demanda mais que ações pontuais, como o plebiscito proposto pelo Governo Federal no calor das manifestações. Portanto, a melhor resposta às manifestações pode vir na forma de uma agenda estratégica, com objetivos de curto, médio e longo prazos, estes últimos que permitam mais tempo de metabolização da energia colocada nas manifestações.
- ✓ A revolução cognitiva em curso não pode ser compreendida em que caminho seguirá senão num horizonte de tempo maior. Por não sabermos o fim deste processo, ao mesmo tempo em que temos a necessidade de inovar para romper com o tipo de democracia vigente e que vem sendo amplamente criticada pela população, uma saída seria criar zonas de inovação na gestão pública.
- ✓ Devem ser valorizados e fortalecidos os movimentos de democracia participativa, como o plebiscito, referendo, os projetos de lei de iniciativa popular e a possibilidade de veto popular. Esse processo passa pela quebra do monopólio da informação política pelos partidos e suas diversas formas de organização, como as frentes parlamentares. A possibilidade de a população convocar plebiscitos e referendos seria algo nessa lógica.
- ✓ Há um novo sujeito político que se forma, dentro de um contexto maior de mudança global que mudança em vários âmbitos, e a política não ficaria de fora. Quem não for capaz de dialogar com essas mudanças e tentar encapsulá-las corre o risco de estar fora do novo sistema que emerge.
- ✓ A comunicação pública deve ser melhorada. A tecnologia digital deve fazer parte disso, promovendo discussões, consultas públicas e participação ativa do cidadão.
- ✓ Especificamente, o sistema de financiamento de campanha deve ser alterado, visando desvincular os interesses de setores economicamente mais poderosos da composição do Congresso.
- ✓ Candidaturas independentes podem dar voz e esse novo sujeito político que se forma, enquanto que o *recall* de políticos eleitos pode dar força à questão da representação contínua do interesse dos eleitores.
- ✓ Um ponto que ficou de fora das manifestações é uma reforma no sistema de segurança pública. A ação da polícia demonstrou despreparo e a própria função da Polícia Militar no Brasil se mostra um conceito desconectado da realidade social.